

# 28,5 bilhões para o Brasil

É o maior empréstimo já obtido por um país devedor. E os dólares começam a entrar nas próximas semanas.

Bancos do mundo inteiro assinaram ontem acordos cobrindo um total de US\$ 28,5 bilhões em créditos para o Brasil, incluindo-se US\$ 6,5 bilhões em dinheiro novo.

O empréstimo-jumbo no valor de US\$ 6,5 bilhões, cuja finalidade é suprir todas as necessidades de novos empréstimos do Brasil durante 1984, é a maior soma isolada já levantada por um país soberano nos euromercados.

A cerimônia de assinatura dos contratos foi realizada no Pierre Hotel, no centro de Manhattan, em Nova York. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, assinaram em nome do Brasil, juntamente com os representantes de aproximadamente 600 bancos, liderados por William R. Rhodes, do Citibank de Nova York — presidente do Comitê Bancário Internacional que está assessorando o Brasil em assuntos relacionados com sua dívida externa —, pelo vice-presidente do comitê Guy Hunte, do Lloyds Bank International, da Inglaterra, e por Leighton Coleman, do The Morgan Guaranty Trust Company de Nova York. O ministro do Planejamento, Delfim Neto, esteve presente à cerimônia, mas não participou das assinaturas.

As outras três partes do contrato assinado ontem incluem uma reprogramação dos vencimentos de 1984, totalizando mais de US\$ 5 bilhões, e programas para a manutenção contínua de financiamentos comerciais num nível de aproximadamente US\$ 10,4 bilhões, bem como linhas de crédito interbancárias de aproximadamente US\$ 6 bilhões.

O agente para a parte do dinheiro novo é o The Morgan Guaranty Trust Company, e o agente pela parte da reprogramação é o Citibank. O The Chase Manhattan Bank, de Nova York, está agindo como coordenador para a parte de finanças comerciais, enquanto o The Bankers Trust Company, também de Nova York, é o encarregado da parte interbancária.

Rhodes disse que o empréstimo de US\$ 6,5 bilhões, "que, preciso dizer, é a maior soma isolada jamais levantada por um credor soberano no euromercado", é uma evidência da confiança que a comunidade bancária internacional deposita no Brasil.

"No verão passado, houve alguns especialistas que acharam que jamais conseguiríamos alcançar sequer a soma de cinco bilhões", disse Rhodes. "O fato de termos conseguido não apenas serve para sublinhar a confiança da comunidade financeira internacional em relação ao programa econômico brasileiro mas também é uma impressionante demonstração de esforço de cooperação por parte do sistema financeiro internacional, reagindo aos atuais problemas internacionais no serviço das dívidas."

William Rhodes disse que a parcela inicial de US\$ 3 bilhões do dinheiro novo deverá ser liberada "nas próximas semanas", em lotes de US\$ 1 bilhão cada um e, depois disto, o Brasil "não terá mais atrasos de juros ou comerciais e será capaz de manter uma posição financeira adequada durante o restante de 1984".

Os termos básicos deste fornecimento de dinheiro novo e da reprogramação incluem um prazo de pagamento de nove anos com um período de carência de cinco anos, e taxas de juros 2% superiores à taxa interbancária de Londres — a taxa *libor* — que equivale à taxa básica de juros norte-americanos mais 1 3/4%.

A taxa de juros concedida ao Brasil é 0,5% inferior à que foi recentemente concedida ao Chile, mas é 1% mais elevada do que a concedida ao México, que é outro dos grandes países devedores do mundo.

## Belo exemplo

Ernane Galvêas definiu as condições do dinheiro novo como sendo "muito favoráveis" e disse que o empréstimo é "um belo exemplo de cooperação internacional". O dinheiro novo, disse ele, "abre novas



Rhodes (entre Galvêas e Delfim): no ano passado poucos acreditavam que o empréstimo sairia.



Pastore: "Tudo terminou bem".

## Como cumprir o programa do FMI. Sugestões da FGV.

Duas delas: acelerar as minidesvalorizações e renegociar os juros da dívida externa.

Renegociação dos juros da dívida externa, aceleração das minidesvalorizações e garantia de preços agrícolas que impeçam uma crise de abastecimento: estas são algumas sugestões da "Carta do Ibrel", editorial da revista *Conjuntura Econômica*, que estará circulando na próxima semana. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas adverte também que pode estar chegando ao fim a capacidade de resistência da população ao processo inflacionário.

A FGV sugere a adoção de esquemas de emergência destinados a enfrentar situações imprevisíveis, de modo a assegurar o cumprimento das exigências do FMI. Ao analisar os orçamentos federais para este ano, a revista defende a mobilização da "consciência nacional para a necessidade de um programa de ajustamento profundo e de elevação da produtividade global", até porque "o Brasil continua detendo as condições es-

senciais para reencontrar o caminho de um rápido desenvolvimento".

### Quatro problemas

A competitividade externa, o abastecimento interno de alimentos, a renegociação da dívida externa e o agravamento dos problemas sociais são os quatro pontos relacionados pelo Ibrel como merecedores de extrema atenção e que justificam a criação de esquema de emergência.

No primeiro semestre, será preciso aumentar o ritmo das desvalorizações do cruzeiro para manter a competitividade dos produtos brasileiros, diante da valorização do dólar em relação às moedas europeias e ao iene. Em consequência, haverá aumento da pressão inflacionária, além do agravamento do déficit público, devido aos compromissos externos em dólar.

### Abastecimento

Quanto ao abastecimento interno, o Ibrel adverte que no segun-

do semestre deste ano as taxas de crédito rural estarão quase ao nível do mercado. "Se a relação preço/custo se deteriorar, por efeito de queda dos preços externos ou de controle dos preços internos, cessará o estímulo à produção." Neste caso, o crédito rural com correção monetária integral "representará elevado risco financeiro para uma operação agrícola cuja rentabilidade se afogue em queda".

Frete a esta situação, o governo, na medida em que não poderá recorrer a subsídios, deverá sustentar uma política de estoques e de preços mínimos "capaz de manter o alinhamento favorável da relação preço/custo nas atividades do campo".

### Renegociação dos juros

Quanto à dívida externa, a FGV defende uma renegociação dos juros em bases mais favoráveis, o que permitiria certa redução dos controles sobre as importações. "É improvável que as reservas brasilei-

ras se recomponham na velocidade esperada, daí resultando inevitáveis fricções no acesso dos importadores às divisas de que carecem." Além disso, a renegociação externa mais equilibrada é condição essencial para melhores resultados no combate à inflação.

### Inflação

Neste ponto, a "Carta do Ibrel" manifesta preocupação com os limites de resistência do povo aos sacrifícios impostos pela política antiinflacionária. Até agora, a sociedade tem demonstrado "uma surpreendente capacidade de resistência à ruptura"; através da economia "subterrânea", a população "tem exibido enorme flexibilidade e vontade de continuar produzindo, consumindo e poupando, sem desencorajamento". Mas esta atitude tem um "limite inexorável", determinado pelo aumento da carga tributária e pela lentidão do ajustamento de "setores protegidos", cuja produtividade é baixa.

## Aço: protesto da América Latina contra barreiras nos EUA.

Os produtores latino-americanos de aço estão protestando contra as medidas protecionistas dos Estados Unidos, que prejudicam vendas necessárias à obtenção de divisas ao pagamento da dívida externa da região. O protesto foi divulgado em Santiago do Chile pela Ilafa (Instituto Latino-Americano do Ferro e Aço).

Segundo o Ilafa, a América Latina conseguiu no ano passado US\$ 2 bilhões, exportando 7 milhões de toneladas, de uma produção de 28,6 milhões de toneladas, equivalente a 4,5% da produção mundial.

Em Porto Alegre, o ex-ministro Pratini de Moraes considerou absurda a possibilidade de o governo norte-americano reduzir de 900 para 500 mil toneladas as compras de aço brasileiro, comentando: "Quando em 1970 (como ministro) fui a Washington buscar recursos para financiar a expansão de Volta Redonda, Usiminas e Cosipa, o então presidente do Eximbank me disse que tinha instruções do governo norte-americano de oferecer ao Brasil um cheque em branco assinado, para financiar tudo o que o

Brasil quisesse para produzir e exportar mais aço. Agora, que o Brasil aumentou a sua produção, aparecem as restrições".

O problema "é que a indústria siderúrgica norte-americana precisa acelerar a sua reorganização, porque está claro que não é mais econômico produzir vários tipos de aço nos Estados Unidos, por problemas de custo de mão-de-obra, localização, manuseio de matérias-primas e poluição. As siderúrgicas norte-americanas, com raras exceções, estão mal localizadas, e não podem competir com a moderna siderurgia do Japão e do Brasil. As restrições ora impostas — e que, segundo estou informado, estão sendo objeto de negociação entre os governos brasileiro e norte-americano — são absurdas, mas talvez inevitáveis em 1984. Por isso, acho conveniente que se proceda à negociação e que, mesmo exportando menos, se exporte a preços melhores".

### Preços menores

Para o ex-ministro da Indústria e do Comércio, o Brasil poderá colocar em outros mercados, a preços

menores, o aço que deixar de ser exportado para os Estados Unidos: "O Japão, a Coreia e outros países do Extremo Oriente são grandes importadores de aço, e para lá deve ir um volume substancial de nossa produção. Este ano, nós poderemos até melhorar a nossa receita".

Segundo ele, "inexoravelmente a siderurgia brasileira está-se transformando num dos grandes exportadores mundiais de aço, e as exportações de aço e de manufaturados de aço já devem liderar a pauta de exportações do Brasil. Está faltando, na minha opinião, mais apoio político para o setor siderúrgico, que tem importância não apenas em si só, mas também em relação à mineração, à indústria de bens de capital, à engenharia nacional e, agora, ao comércio exterior".

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luís Octávio Vieira, disse que a ameaça de restrições à importação de aços brasileiros pelos Estados Unidos é mais uma consequência econômica da campanha política pela reeleição do presidente Ronald Reagan. "In-

felizmente, toda a vez em que há campanha eleitoral nos Estados Unidos recrudescem a pressão por políticas restritivas a produtos estrangeiros." Este é um problema que podia ser antevisto já desde meados do ano passado. Em maio, quando Vieira esteve nos Estados Unidos, observou que havia uma grande queixa dos sindicatos operários contra as importações de aços brasileiros. É que o Brasil tem crescido muito em participação no mercado estadunidense.

Esta participação decorre não só dos preços competitivos e da boa qualidade do aço brasileiro, mas também do fato de que as usinas siderúrgicas dos Estados Unidos são, atualmente, obsoletas e de baixa produtividade. Casualmente, acrescentou, estas siderúrgicas estão em regiões em que o presidente Reagan tem o mais fraco contingente eleitoral. Os operários aproveitam-se desta situação para forçar o governo estadunidense a atender a suas reivindicações, reduzindo as compras externas e aumentando a demanda de aços produzidos internamente.

## Problema a resolver com o Fundo: as metas da inflação.

Os técnicos da missão do FMI, que vêm ao País no dia 6, não fixarão metas para serem cumpridas pelo governo até setembro, segundo disse a economista Ana Maria Jull, chefe adjunta da Divisão do Atlântico do FMI, que viajou ontem para Washington. Técnicos do Banco Central explicaram que seria muito penoso estabelecer, ain-

da em fevereiro, as metas do segundo e terceiro trimestres do ano, pois haveria desencontros na hora de estimar a inflação no período.

Os técnicos do BC informaram que, além da missão de fevereiro, uma outra deverá vir em junho para negociar com as autoridades econômicas as metas a serem fixadas para o terceiro trimestre de 84.

Na metade do ano, explicaram, já se terá uma idéia nítida do comportamento da inflação e de outros pontos da economia, como a balança comercial, por exemplo.

Nos cinco dias em que esteve no País, Ana Maria Jull manteve contatos com técnicos do BC, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), da Secretaria

de Abastecimento e Preços (Seap) e da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (Sarem), além do ministro interino da Fazenda, Maílson Nóbrega. A economista levou para Washington dados que servirão de subsídio para a missão na qual, além dela, virá o chefe da Divisão do Atlântico do Fundo, Thomas Reichman.

perspectivas para o Brasil, incluindo o setor empresarial, que pode agora encarar o futuro com confiança".

O ministro da Fazenda disse que o Brasil não necessitará de novos empréstimos em 1984, e que seus empréstimos em 1985 serão "substancialmente menores" do que os deste ano, graças às novas medidas econômicas introduzidas pelo governo e graças ao melhor balanço comercial do Brasil. Ele disse também que ainda é cedo demais para se calcular as necessidades de empréstimos para 1985, mas estimou que o balanço comercial favorável do País, no próximo ano, deverá ficar em torno dos US\$ 10 bilhões.

Para William Rhodes, a meta dos US\$ 6,5 bilhões — formados pelo compromisso dos bancos credores do Brasil da ordem de um mínimo de 11% de seus empréstimos anteriores ao País — foi conseguida graças a árduos esforços que hoje revelaram ser até um pouco excessivos. "As mensagens por telex continuam chegando", disse ele. As subscrições excessivas, revelou o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, não serão mantidas, mas sim devolvidas aos bancos envolvidos no "empréstimo-jumbo", numa base de proporções.

### Tarefa difícil

"Levantar o dinheiro foi uma tarefa difícil. Mas, na verdade", disse Pastore, "nossos credores reagiram de forma magnífica. Alguns dos bancos menores, em várias partes do mundo, não reagiram conforme o esperado, mas o impasse foi resolvido pelos bancos médios e grandes, e tudo terminou bem."

Por sua vez, Galvêas disse que, como resultado do novo empréstimo, "nós seremos capazes de conseguir um serviço mais normal dos nossos pagamentos de dívidas no Exterior, o que é importante para a nossa imagem e nos permitirá obter taxas de juros mais favoráveis no futuro". Segundo o ministro da Fazenda, as necessidades brasileiras de empréstimos em 1985 irão depender dos preços pagos pelas exportações do País, das taxas de juros cobradas pelos bancos e de diversos outros fatores, inclusive o crescimento do Produto Nacional Bruto.

Ernane Galvêas disse esperar que o crescimento econômico do País se mantenha estático durante o primeiro semestre de 1984, mas melhorando sensivelmente no segundo semestre. As exportações brasileiras em 1984, disse ele, deverão atingir um nível de 25 bilhões de dólares; por outro lado, as importações deverão ficar em torno de US\$ 16 bilhões.

Segundo William Rhodes, os banqueiros internacionais esperam que o governo brasileiro aja de acordo com todas as condições de melhoramento econômico apresentadas ao Fundo Monetário Internacional, no ano passado, para conseguir ajuda desta instituição — condições às quais o empréstimo dos banqueiros comerciais também está indiretamente ligado —, incluindo uma redução no índice da inflação, o que também teria um efeito salutar sobre a economia do País.

Galvêas deixa Nova York hoje e vai à Suíça, onde participará de uma conferência de banqueiros. Delfim Neto deverá retornar a Brasília.

### Desvalorizações

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem em Nova York que haverá contínuas desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano no decorrer de 1984. "Enquanto o índice da inflação continuar elevado nós temos de conviver com estas desvalorizações", afirmou. "Eu diria que nada pode ser feito a respeito das desvalorizações enquanto o índice da inflação não cair para 65% ou menos."

Galvêas disse que, em 1983, o índice da inflação "real" foi de aproximadamente 176% (na verdade, esta é a inflação expurgada; a real foi de 213,31%), e que, este ano, ele espera que a inflação possa ser reduzida a aproximadamente 85%.  
Por John Alius, de Nova York.